

Sumário

Introdução	11
------------------	----

PARTE 1 DOCTRINA

CAPÍTULO 1

◆ O AGRONEGÓCIO E A LEI N. 8.929, DE 22 DE AGOSTO DE 1994

1.1. Considerações iniciais sobre o agronegócio.....	17
1.2. A importância do agronegócio para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.....	19
1.3. A necessidade de criação de instrumentos jurídicos adequados ao setor rural.....	22
1.4. Da origem da Cédula de Produto Rural.....	24
1.5. A Cédula de Produto Rural (Um título de crédito)	27
1.6. Conceito e natureza jurídica da Cédula de Produto Rural.....	32
1.7. Aplicabilidade e fim social da Cédula de Produto Rural.....	37

CAPÍTULO 2

◆ ASPECTOS DE DIREITO MATERIAL DA CÉDULA DE PRODUTO RURAL

2.1. Requisitos legais de direito material da Cédula de Produto Rural.....	39
2.1.1. Denominação “Cédula de Produto Rural”	41
2.1.2. Data da entrega do produto rural.....	42

2.1.3. Do cumprimento antecipado da obrigação.....	44
2.1.4. Nome do credor e cláusula à ordem	45
2.1.5. Promessa de entregar o produto, sua indicação e as especificações de qualidade e quantidade	46
2.1.6. Da destinação ruralista da Cédula de Produto Rural.....	48
2.1.7. Local e condição da entrega do produto rural.....	48
2.1.8. Descrição dos bens cedularmente vinculados em garantia	51
2.1.9. Data e lugar da emissão da Cédula de Produto Rural	52
2.1.10. Assinatura do emitente: Da legitimidade para emissão da Cédula de Produto Rural	53
2.1.10.1. Do produtor rural	56
2.1.10.2. Das cooperativas	58
2.1.10.3. Das associações de produtores rurais	60
2.1.11. Das garantias cedulares.....	61
2.1.11.1. Da garantia pignoratícia.....	65
2.1.11.1.1. Do penhor rural.....	68
2.1.11.1.2. Do registro público	71
2.1.11.2. Da garantia hipotecária	73
2.1.11.2.1. Do registro público	77
2.1.11.3. Da garantia fiduciária	78
2.1.11.3.1. Do registro público	81
2.1.11.4. Da garantia fidejussória	81
2.1.12. Cédula de produto rural com liquidação financeira.....	86

CAPÍTULO 3

◆ ASPECTOS DE DIREITO PROCESSUAL NA AÇÃO DE EXECUÇÃO DA CÉDULA DE PRODUTO RURAL

3.1. Requisitos legais processuais	91
3.1.1. Pressupostos processuais de existência e validade da relação jurídico-processual.....	94
3.1.2. Condições da ação.....	96
3.1.2.1. Da ação	96
3.1.2.2. As condições da ação no direito brasileiro	98
3.1.2.3. Interesse de agir.....	101
3.1.2.4. Legitimidade das partes.....	104

3.1.3. Condições da ação para execução dos títulos de crédito extrajudiciais.....	106
3.1.3.1. Da necessidade do título executivo para ação executória....	108
3.1.3.2. Certeza	109
3.1.3.3. Exigibilidade	110
3.1.3.3.1. Vencimento antecipado da Cédula de Produto Rural.....	115
3.1.3.4. Liquidez.....	116
3.1.4. Prazo prescricional da Cédula de Produto Rural.....	119
3.1.5. Da ação de execução para entrega de coisa incerta.....	121
3.1.5.1. Da citação e escolha da coisa	125
3.1.5.2. Do rito executivo para entrega de coisa certa	126
3.1.5.3. Da multa pelo descumprimento da obrigação	129
3.1.5.4. Do depósito e desnecessidade de segurança do juízo para interposição de embargos.....	133
3.1.5.5. Aquisição da coisa litigiosa por terceiro.....	136
3.1.5.6. Da conversão do rito para execução por quantia certa	138
3.1.5.7. Das benfeitorias indenizáveis.....	143

CAPÍTULO 4

◆ ASPECTOS POLÊMICOS DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL

4.1. Aspectos polêmicos de direito material.....	145
4.1.1. Da inaplicabilidade da legislação pertinente aos contratos agrários e de crédito rural e da não vinculação à finalidade estrita do Decreto-Lei n. 167/67	145
4.1.2. Da inaplicabilidade do caso fortuito ou de força maior.....	147
4.1.3. Da inaplicabilidade da evicção	150
4.1.4. Da inexigibilidade de pagamento à vista	152
4.1.5. Da exceção de contrato não cumprido.....	157
4.1.6. A Cédula de Produto Rural como negócio jurídico e suas condições de validade	160
4.1.6.1. Da boa fé objetiva	164
4.2. Aspectos polêmicos de Direito Processual.....	169
4.2.1. Da execução para entrega de coisa certa	169
4.2.2. Da aplicabilidade do arresto como medida cautelar em Cédula de Produto Rural.....	175

4.2.3. Da busca e apreensão como medida cautelar	185
4.2.4. Da penhora.....	187
4.2.5. Da data e do preço do produto na conversão do rito executivo	190

CAPÍTULO 5

◆ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CÉDULA DE PRODUTO RURAL

5.1. Considerações gerais sobre Cédula de Produto Rural	195
---	-----

CAPÍTULO 6

◆ LEI N. 8.929, DE 22 DE AGOSTO DE 1994

6.1. Lei n. 8.929, de 22 de agosto de 1994.....	199
---	-----

PARTE 2 MODELOS DE PETIÇÕES

01. Averbação.....	205
02. Cédula de produto rural	207
03. Execução de título extrajudicial (<i>Cheque</i>).....	211
04. Execução de título extrajudicial (<i>Duplicata</i>)	215
05. Execução de título extrajudicial (<i>Escritura Pública de Confissão de Dívida com Garantia Hipotecária de Bens e Pagamento em Moeda Nacional</i>).....	219
06. Minuta de escritura pública de confissão de dívida com garantia hipotecária	225
07. Execução de título extrajudicial (<i>Nota Promissória</i>)	231
08. Execução de título extrajudicial (<i>Nota Promissória Rural</i>).....	235
09. Execução de título extrajudicial para entrega de coisa certa.....	239
10. Execução de título extrajudicial por quantia certa	246
11. Recurso adesivo de apelação.....	251
12. Recurso especial	261
Bibliografia	275
Índice Remissivo	285